



Câmara dos Deputados

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

REQUERIMENTO Nº /2021

(DA SRA. NORMA AYUB)

Requer a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, para discussão de maus tratos e violência aos idosos nas **Instituições de Longa Permanência para Idosos –ILPIS, que atuam de forma clandestina.**

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais ouvido o plenário desta comissão, que seja realizada reunião de audiência pública, para discussão de maus tratos e violência em Instituições de Longa Permanência para Idosos – ILPIS, que atuam de forma clandestina, como vinha ocorrendo no Centro de Acolhimento Mãos Estendidas, no Município de Itapemirim-ES .

Para tanto, solicito que sejam convidados para participar da audiência pública os debatedores a seguir:

1 – Dr. Djalma Pereira Lemos

Delegado Chefe da 9ª Regional – Delegacia de Polícia Civil de Itapemirim-ES

2 – Joelba Gomes Leal

CPF n.º 031.131.967-01

3 – Luciana Máximo



ES

Jornalista do jornal impresso e on-line Espírito Santo Notícias**4 – Adriana Peçanha Lopes Barbosa****Secretária Municipal de Assistência Social e Cidadania Itapemirim-****5 - Elisa Barreto dos Santos Daroz****Secretária Municipal de Saúde Itapemirim-ES****6 – Dr. Jamil Cade Filho****Médico**

JUSTIFICAÇÃO

Esta audiência é para caracterizar o risco que é permitir que instituições clandestinas de apoio ao atendimento aos idosos sejam instaladas, por isso gostaria de trazer para discussão nesta Comissão o ocorrido em um abrigo clandestino no meu estado.

Após denúncia da morte de quatro idosos, a Polícia Civil, com o apoio da Guarda Municipal, agentes da prefeitura e supervisão do Ministério Público Estadual, interditou no dia 17 de junho o asilo Centro de Acolhimento Mãos Estendidas, que funcionava de forma clandestina em Itaipava, município de Itapemirim, no Espírito Santo.

A responsável pelo lar de idosos que funcionava de maneira irregular foi conduzida para a delegacia. A fiscalização da Vigilância Sanitária interditou o local pelo funcionamento irregular e também por ter encontrado no local, além dos 19 idosos que viviam em condições sub-humanas, medicamentos e alimentação com o prazo de validade vencidos.

As assistentes sociais do Centro de Referência de Assistência Social da Prefeitura de Itapemirim tiveram que fazer o levantamento da documentação de um por um, pois no local não foram encontrados prontuários médicos, porque não havia médico, enfermeiro e nutricionista na clínica.

A informação é do Ministério Público que recebeu de forma anônima e a Polícia Civil está investigando como a missionária que não teve o nome divulgado estava administrando o local. “Pela denúncia que recebemos foram seis mortes no abrigo, sendo quatro na última semana”, disse o delegado titular da 9ª Delegacia Regional de Itapemirim, Djalma Pereira Lemos.

De acordo com o delegado, entre os crimes apurados estão retenção de documentos, maus tratos, cárcere privado e trabalho escravo. “Não havia faxineira, cuidadora, médico, enfermeira, assistência social, nada. Os próprios internos cuidavam de tudo”, relatou.



Na certeza de comungarmos o mesmo ideal da promoção de justiça e cidadania, para que possamos discutir crimes de maus tratos e abandono de pessoa idosa em situação de vulnerabilidade em Instituições clandestinas de Longa Permanência para Idosos, e, principalmente, em nome da garantia constitucional de preservação dos direitos fundamentais da pessoa idosa, proponho o presente requerimento, pelo que solicito o apoio dos demais pares para a aprovação deste.

Sala das Comissões em , de 2021

Deputada NORMA AYUB

DEM/ES

